

## AS REFORMAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

Fábio Luciano Oliveira Costa<sup>1</sup>

Mestrando em Educação - UNIRIO / Rio de Janeiro

**RESUMO:** Este artigo aborda as reformas políticas e econômicas neoliberais no contexto das décadas de 1980 e 1990, ao levar em consideração a descrição de alguns de seus aspectos característicos para o Brasil. Além da introdução que apresenta o tema e os objetivos do trabalho, o texto conta com mais três partes. Na primeira, discute-se como o cenário brasileiro, dirigido pelo regime militar, foi estruturado para que as reformas políticas e econômicas neoliberais pudessem ser instauradas sob a aceitação de sua maioria populacional, diante do crescimento econômico e a má distribuição da riqueza produzida. Na segunda, analisam-se as reformas políticas e econômicas neoliberais no Brasil na década de 1990, promulgadas pelos ditames de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e ancoradas pelos acordos firmados através Consenso de Washington em 1989, cujos resultados continuaram a gerar os mecanismos impostos pela dependência política, econômica, social e cultural dos países desenvolvidos e suas grandes instituições multilaterais de crédito. Um último tópico tece considerações finais e reforça o argumento de que o neoliberalismo consistiu numa nova forma de imperialismo imposto pelos países desenvolvidos, principais beneficiados com as reformas, ao enfatizar o caráter que as mesmas assumiram para o caso brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo, Brasil, Desigualdades Sociais.

**ABSTRACT:** This article discusses the neoliberal economic and political reforms in the context of the 1980 and 1990, to consider the description of some of its characteristic features to Brazil. Besides the introduction that presents the theme and objectives of the work, the text has three parts. At first, we discuss how the Brazilian scene, directed by the

---

<sup>1</sup> Graduado em História (UFU) – Graduação incompleta em Filosofia (UFU) – Especialista em Sociologia Política (UFPR).

---

military regime was structured so that the neoliberal economic and political reforms could be introduced under the acceptance of their majority population on economic growth and its unequal distribution of wealth. In the second, analyzes the neoliberal economic and political reforms in Brazil in the 1990s promulgated by the dictates of international bodies like the World Bank, the International Monetary Fund (IMF) and anchored by the agreements signed by the Washington Consensus in 1989, whose results continued to generate mechanisms imposed by reliance on political, economic, social and cultural development of developed countries and their major multilateral lending institutions. A final topic weaves final considerations and reinforce the argument that neoliberalism was a new form of imperialism imposed by developed countries, the main beneficiaries of the reforms, emphasizing the character that they have made to the Brazilian case.

**KEYWORDS:** Neoliberalism, Brazil, Social Inequalities

## Introdução

Este trabalho desenvolve um estudo sobre as reformas políticas e econômicas neoliberais no contexto das décadas de 1980 e 1990. A força, extensão e impacto que tais reformas neoliberais passaram a ter, com maior ou menor intensidade, em escala global, introduziram mudanças importantes nas organizações sociais contemporâneas. Apesar do paradigma ter produzido, como não poderia deixar de ser, casos particulares no desenvolvimento de seus projetos numa extensa lista de Estados, o neoliberalismo, no período delimitado, promoveu reformas que garantiram e elevaram a diferenciação entre os ricos e os pobres no mundo.

O velho discurso liberal de que o mercado encontraria as melhores alternativas para promover a justiça social, encobriu mais uma vez as reais intenções da tradicional ideologia, que com o neoliberalismo sofreu uma carga de contestação bem menor do que em períodos anteriores do liberalismo, ao facilitar a legitimação da hegemonia dominante com a diminuição dos conflitos de oposição às idéias e práticas do sistema capitalista.

Além desta introdução, o artigo conta com mais três partes. Na primeira, discute-se como o cenário brasileiro, dirigido pelo regime militar, foi estruturado para que as reformas políticas e econômicas neoliberais pudessem ser instauradas sob a aceitação de sua

---

maioria populacional, diante do crescimento econômico e a má distribuição da riqueza produzida.

Na segunda, analisam-se as reformas políticas e econômicas neoliberais no Brasil na década de 1990, promulgadas pelos ditames de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e ancoradas pelos acordos firmados pelo Consenso de Washington em 1989, cujos resultados continuaram a gerar os mecanismos impostos pela dependência política, econômica, social e cultural dos países desenvolvidos e suas grandes instituições multilaterais de crédito.

As reformas políticas e econômicas dos Estados latino-americanos, em especial as sofridas pelo Brasil, ao defender o argumento das propostas neoliberais de construção de um “Estado mínimo”, não foram efetivadas, apesar dos ataques sofridos pelo Estado no que diz respeito à proteção social dada aos trabalhadores; na desregulação econômica; na venda de parte importante do patrimônio público; na participação ao incentivo do desenvolvimento dos mercados financeiros, etc. Ao contrário, o Estado continuou a desempenhar papel vital na intervenção e na regulação social, na manutenção e na reprodução do capitalismo, na ampliação das desigualdades sociais, e sob a sua tutela é que as reformas neoliberais puderam ser promulgadas (CERVO, 2000; SADER; GENTILI, 1995).

Um último tópico tece considerações finais e reforça o argumento de que o neoliberalismo consistiu numa nova forma de imperialismo imposto pelos países desenvolvidos, principais beneficiados com as reformas, ao enfatizar o caráter que as mesmas assumiram para o caso brasileiro.

### **A democracia neoliberal no Brasil e a garantia da continuidade**

Até as reformas políticas e econômicas na década de 1980, o Estado brasileiro tinha como suas principais características: a centralização política e financeira no âmbito federal dirigida pelos governos militares; uma série de instituições fragmentadas; o caráter da tecnocracia; a privatização e o uso clientelístico das políticas públicas.

Afastou-se de uma proposta de seguridade social que vinculasse uma melhor distribuição dos produtos da economia para a sociedade como um todo, mediante um sistema deficiente e ineficaz em seus programas sociais, de altos custos nas suas execuções e gestões, e com pequeno número de avaliações dos programas, muitas vezes

---

com grande distância entre os formuladores e os executores frente aos beneficiários das políticas públicas, por sua vez, instáveis e descontínuas; ou ainda, a luta entre os interesses burocráticos e privados sobre os mecanismos de funcionamento e regulação da máquina estatal (MEDEIROS, 2001: 18).

Com os governos militares (1964-1985) no Brasil, o Estado, de um lado, assumiu a função de compensar, de forma restritiva, determinadas parcelas populacionais em contraposição a um período de excessiva concentração da riqueza pelas elites minoritárias no país. Por exemplo, apenas na Constituição de 1967, os trabalhadores rurais, aproximadamente metade dos trabalhadores brasileiros nesse período, foram inseridos como beneficiários de direitos trabalhistas, mas com diferenciações significativas quando comparadas às dos trabalhadores urbanos. De outro, o viés espelhado na produção desenvolvimentista procurou intervir e determinar as condições favoráveis para o crescimento econômico, como no caso da qualificação de uma mão-de-obra que teoricamente atendesse às exigências dos mercados de trabalho.

No Brasil, o setor público, de acordo com Pochmann (2001: 19), estaria dividido em duas instâncias importantes. A primeira trata das funções de governo representadas pela administração direta em todos os níveis, nas quais são somadas as autarquias e as demais atividades vinculadas exclusivamente ao orçamento público. A segunda diz respeito às empresas públicas, também divididas em duas outras partes: 1) o setor produtivo estatal que engloba as grandes empresas e subsidiárias pertencentes à base econômica; 2) as empresas não pertencentes às atividades produtivas, principalmente nas áreas de serviços e transportes.

Mesmo parco diante das demandas e carências da população brasileira, a construção de um sistema de proteção social pelo Estado entre os anos de 1930 até os anos de 1970 cresceu e se tornou complexo em sua organização, onde o gasto social público ultrapassou os 15% do PIB, desenvolvendo quase todos os programas do moderno sistema de proteção social, tais quais os oferecidos pelos Estados desenvolvidos às suas populações (com exceção do seguro-desemprego), onde atendia a um número importante de indivíduos, mas de maneira desigual e insuficiente, sobretudo na assistência aos que mais necessitavam destes próprios programas (DRAIBE, 2003).

---

Apesar das reformas neoliberais<sup>2</sup> na década de 1990, os gastos sociais não diminuíram, mas ao contrário, chegaram a superar a casa dos 20% do PIB no final do século XX, números próximos aos alcançados pelos principais países desenvolvidos no começo do mesmo século.

Para Gomes (2006), o Estado brasileiro não chegou a constituir um Estado de Bem-Estar Social até o início das reformas neoliberais na década de 1990, dada a sua antecipação na contenção de qualquer tipo de ameaça que pudesse sugerir rupturas. Os governos militares impulsionaram o fortalecimento de um sistema de seguridade social que reorganizou e unificou as instâncias previdenciárias, em especial, com a criação em 1966 do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), e do Banco Nacional de Habitação (BNH) no final dos anos de 1960 para financiar a habitação popular. Todos eles descontextualizados de uma base democrática, já que foram impostos de forma autoritária para atender aos anseios do desenvolvimento industrial, sob um capitalismo moderno e atrelado às fontes de acumulação internacionais e das pequenas elites locais.

O modelo adotado discursava que o crescimento econômico conduziria às melhorias sociais via acumulação da renda. De fato, a acumulação foi feita de forma surpreendente para a parcela dos 10% mais ricos da população, que aumentaram sua participação no PIB do país de 39,6% para 50,9% entre os anos de 1960 e 1980, ou ainda, a parcela dos 1% mais ricos da população aumentaram sua participação de 11,9% para 16,9%; já os 50% mais pobres, tiveram a perda de sua participação de 17,4% para 12,6% da renda nacional (BORON, 1994), diante de uma economia que cresceu a uma taxa média anual de 6,9% no mesmo período (POCHMAN, 2001).

Para manter essa taxa de crescimento junto com uma acumulação restritiva, a repressão aos movimentos sociais contestatórios se tornou uma das estratégias do desenvolvimento brasileiro para garantir a “segurança nacional”, enquanto algumas políticas sociais de natureza assistencialista foram desenvolvidas pelo Estado no intuito de minimizar os pesados custos sociais advindos da má distribuição da riqueza interna.

As políticas monetárias levariam não apenas à concentração da renda, mas também econômica, à centralização de capitais, à dependência e à exclusão social, além

---

<sup>2</sup> O neoliberalismo surge no final da II Guerra Mundial no território dos principais países desenvolvidos. Seus princípios tiveram como sustentação a crítica a todos os mecanismos que pudessem restringir a lógica do mercado, as liberdades econômicas e políticas, como no caso do Estado intervencionista e de bem-estar social. O livro *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944, é considerado como o marco teórico para a teoria neoliberal.

---

de colocar o capital financeiro em mercados especulativos para a sua rápida reprodução em espaços cada vez menores de tempo (LAURELL, 1997).

O Estado liberal militar associado aos capitais privados nacionais e internacionais promoveu uma reforma “*institucional da política econômica, do sistema fiscal e financeiro e da administração pública*” (TAVARES; FIORI, 1993: 141), que levou a um substancial crescimento do setor público sem autonomia burocrática, limitando a distribuição da riqueza.

A segmentação do processo de modernização no Brasil passou a determinar um setor industrial moderno em centros urbanos que cresciam rapidamente, convivendo com setores tradicionais da sociedade e com uma economia agrário-latifundiária e exportadora (FERNANDES, 1975); a fragmentação do mercado de trabalho restringiu a organização dos movimentos de trabalhadores e seu poder de influenciar as políticas sociais e os programas de atendimento à população.

No início dos anos de 1980, um forte movimento político na sociedade brasileira encampou como estratégia de luta a democratização das instituições públicas e a modernização das instituições econômicas. A transição democrática foi feita num momento de crise econômica, em que a inflação descontrolada demonstrava a debilidade do Estado em encontrar alternativas eficientes que minimizassem os problemas econômicos e sociais.

O Brasil exportava importante soma de capitais com a elevação da dívida externa, esvaziando os cofres do Estado, que por sua vez impôs um freio ao modelo de industrialização que vigorava desde os anos de 1950, não apenas por parte dos investimentos do setor público, como também do setor privado.

Apesar da mobilização de distintos setores da sociedade brasileira no processo de transição democrática, a sustentação de Gomes (2006) é a de que a democratização foi feita de cima para baixo, camuflada desta vez com um discurso democrático elaborado pelas elites urbanas e rurais, apoiado por setores variados da classe média, junto com as poucas estratégias oferecidas aos desfavorecidos para reivindicar os seus direitos.

O governo da transição democrática foi comandado pelo antigo líder do partido da ditadura militar, José Sarney (1985-1990), que assumiu o cargo da Presidência da República depois da morte de Tancredo Neves (eleito pelo PMDB de forma indireta através do Congresso Nacional), num governo civil ainda marcado pelo caráter autoritário da ditadura militar.

A própria ditadura estabeleceu um modelo político transitório durante toda a sua extensão (ARTURI, 2001), que permitiu a atuação de partidos políticos e o funcionamento do Congresso com um calendário eleitoral, apesar das restrições políticas importantes.

As negociações do processo de democratização brasileira foram marcadas pelo forte controle das elites autoritárias, como no caso da supressão do movimento “Diretas-Já”, que organizou uma mobilização a qual exigia eleições com o voto direto para a Presidência da República. O projeto de emenda constitucional que a aprovaria, liderado pelo PMDB no Congresso, principal força de oposição no período, foi vetado em abril de 1984 (KINZO, 2001).

O período de democratização no país foi ampliado durante o governo civil de Sarney, caracterizado como “Nova República”, com a expansão do sufrágio aos analfabetos em 1985; o fim da perseguição aos partidos comunistas; a aprovação de uma nova Constituição em 1988; uma nova organização dos movimentos sindicais antes controlados pelo Estado e a realização das eleições diretas para Presidente da República em 1989, que não aconteciam desde 1961 (ARTURI, 2001).

Por meio da Constituição de 1988, a descentralização fiscal passou a configurar as bases para possibilitar que o governo federal, os estados e os municípios tivessem autonomia e independência política graças aos mecanismos fiscais que garantiriam essa nova forma de autoridade política. No começo dos anos de 1990, os reflexos dessa descentralização iriam produzir uma acirrada guerra fiscal e índices elevados de endividamentos vinculados às formas de arrecadação tributária delegadas aos estados e municípios pela Constituição de 1988 (ARRETCHE, 1997).

No campo das políticas sociais, a mesma Constituição estabeleceu o direito social como princípio político e o papel do Estado na manutenção e garantia desses direitos, junto com a contribuição complementar da iniciativa privada. A seguridade social teria a função de proporcionar a proteção ao indivíduo através da descentralização e da participação social frente a uma nova organização das instituições do sistema.

Muitos dos programas de seguridade sociais no começo dos anos de 1990 não foram respeitados no que diz respeito à alocação de seus recursos, sobretudo pelo fato do desconhecimento da maioria populacional em poder utilizar as instituições públicas como espaço de luta e construção democrática.

Com a posse de Fernando Collor de Mello, em março de 1990, iniciou-se o regime democrático no Brasil propriamente dito, cujo governo durou até 1992, quando deposto pelo

---

*impeachment* gerado pela série de denúncias de corrupção, pela mobilização popular e pela ação do Congresso Nacional em solucionar a crise política.

Tanto seu vice e sucessor, Itamar Franco (1992-1995), quanto Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), legitimaram o presidencialismo como forma de governo; o federalismo como ponte central entre as relações da União com as unidades federativas; uma coalizão política como exercício de governo, com as características de um sistema partidário fragmentado, com pouca institucionalização, mas muito regionalizado, através de *“uma democracia eleitoral, um Executivo imperial e um regime congressual que atua ora como colaborador, ora como sabotador das iniciativas do Presidente, ator central do sistema político”* (CODATO, 2005: 84).

### **A abertura econômica brasileira**

No início dos anos de 1980, as políticas de estabilização provocaram a perda de reservas econômicas e uma alta desvalorização da moeda que, junto com o aumento do preço do petróleo, colocaram a taxa de inflação a um nível médio de 100% ao ano e que fecharia a década com uma média não inferior a 200% ao ano.

A crise da dívida externa de 1982 desequilibrou a balança de pagamentos, continuando a desvalorizar a moeda em 1983, onde os sucessivos governos nessa década (militares ou civil) preferiram adotar os ajustes externos como primeira alternativa para tentar superar as crises, criando superávits comerciais a fim de não desencadear problemas cambiais.

Os altos índices inflacionários comumente valorizavam a taxa de câmbio e promoviam o incentivo às importações, mas as crises da dívida no início da década de 1980 levaram o Brasil a empregar políticas econômicas para produzir reservas externas. Com a fuga dos capitais estrangeiros, o país ficou à mercê do comércio exterior para elevar as suas reservas, o que demandou sucessivas desvalorizações reais da moeda nacional. Assim, elevaram a dívida externa em moeda nacional, o preço das importações e os índices inflacionários (PIO, 2001: 31).

O superávit no ano de 1983 foi de 6,5 bilhões de dólares e de 9,1 bilhões de dólares em 1984, com a retomada do PIB que cresceu 4,5% nesse último ano, enquanto que a inflação saltou para a casa dos 200% ao ano em 1983 e a dívida externa subiu de

---

43,5 bilhões de dólares para 100 bilhões de dólares entre 1979 e 1985 (TAVARES; FIORI, 1993).

A expansão das empresas estatais que foi uma expressão do avanço do Estado até a década de 1980 no setor público desde a década de 1930, acabou interrompida e entregue no último governo da ditadura militar como garantia para a estatização da dívida brasileira, a fim de evitar uma moratória como a decretada pelo México em 1982; o país passava a ser um importante exportador de capitais com o aumento e o pagamento dos juros da dívida externa. O final da ditadura militar viveu o descontrole contínuo da inflação, a falência do Estado que vinha promovendo uma importante contribuição para o desenvolvimento nacional e a suspensão dos investimentos externos.

Os planos econômicos da segunda metade dos anos de 1980 não conseguiram instalar a estabilização monetária, mesmo com um crescimento do PIB entre 1985 e 1990 durante o período da Nova República, quando houve crescimento do superávit comercial da economia.

O primeiro plano de estabilização do governo Sarney foi implementado em 28 de fevereiro de 1986, por meio do Decreto-lei n.º 2.283, denominado de Plano Cruzado, quando a inflação brasileira já havia alcançado um índice aproximado de 350% ao ano, na tentativa de sanar as falhas dos programas ortodoxos de estabilização (supervisionados pelo Fundo Monetário Internacional entre 1983 e 1985) do início dos anos de 1980 - que não desmancharam o sistema de indexação, pois permaneceram indexadas as contas de caderneta de poupança, o Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e os contratos acima de um ano com cláusulas atreladas à Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) -, e com forte influência de um grupo de intelectuais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) que percorreria os demais governos democráticos até o período de Fernando Henrique Cardoso (MARQUES, 1988; PIO, 2001).

O choque heterodoxo, ancorado na teoria da inflação inercial<sup>3</sup>, cuja idéia principal está centrada no conflito distributivo, previa o congelamento total dos preços, salários e da taxa de câmbio. Para a fiscalização dos preços foram designados fiscais profissionais, bem como a fiscalização informal atribuída à população como um todo. Na argumentação de Bresser-Pereira (1986: 11), quatro medidas básicas do Plano adotadas pelo governo Sarney tiveram destaque:

<sup>3</sup> Para uma melhor compreensão da teoria da inflação inercial e do Plano Cruzado no Brasil ver (BRESSER-PEREIRA, 1986); (MARQUES, 1988) e (PIO, 2001).

1) congelar todos os preços, salários e a taxa de câmbio nesse dia D; 2) desindexar a economia; 3) introduzir uma nova moeda, o cruzado, em lugar do cruzeiro, do qual foram retirados três zeros; 4) converter os contratos a prazo (salários, obrigações, aluguéis, taxas escolares, prestações de compra de casa própria) de cruzeiros em cruzados através de fórmulas que garantissem a recomposição do preço médio real dos últimos seis ou 12 meses.

Os salários dos trabalhadores não puderam ser convertidos diretamente de cruzeiro para cruzados em virtude das diferentes datas-base, nem pelo valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do dia da conversão, pois levaria a um aumento do salário real dos trabalhadores e prejudicaria o congelamento dos preços devido à diminuição dos lucros das empresas.

O remédio usado foi incorporar uma tabela simples para a conversão dos salários e abonos que haviam sido recebidos nos últimos seis meses anteriores ao Plano, para garantir a manutenção do salário médio real. Os salários foram então multiplicados por fatores corretivos entre setembro de 1985 e fevereiro de 1986 e em seguida divididos por seis para a obtenção do salário médio real, junto com um acréscimo de 8% sobre tal valor (BRESSER-PEREIRA, 1986: 12).

Para os contratos a prazo houve a adoção de outra tabela que pretendia a sua diminuição. Nas vendas a prazo sem ajuste monetário as empresas incorporaram uma antecipação inflacionária em que, depois de consolidado o preço, aplicava-se um desconto baseado na probabilidade do índice de inflação previsto. Prestações de imóveis, aluguéis e taxas escolares receberam fórmulas especiais de conversão na busca de viabilizarem o valor real médio do contrato.

Num curto prazo, menos de dois meses depois de inaugurado, o ajuste dos principais elementos do Plano, ou seja, o congelamento dos preços, o aumento dos salários e a diminuição das taxas de juros levaram a um excesso de demanda pelo momentâneo maior poder de compras dos trabalhadores, combinados pela necessidade de aplicar grandes excedentes na balança das transações comerciais, o que resultou num impacto desfavorável sobre o balanço de pagamentos, já que havia menos produtos disponíveis para a exportação. Os limites de ofertas e restrições nas taxas de juros, por sua vez, levaram ao aumento das importações, prejudicando ainda mais as contas externas (PIO, 2001: 37).

A partir de outubro, o congelamento dos preços passou a prejudicar a balança comercial, a esperança inicial de gradativamente liberar os preços defasados e reduzir os

---

que se encontravam acima da média, não conseguiu ser efetivada; os preços no mercado interno tiveram aumentos pelo declínio no excedente do comércio em virtude dos juros e da forte demanda agregada, em meio a uma especulação que buscava desvalorizar significativamente o cruzado frente ao dólar. Para tentar solucionar os problemas foi feita a incorporação de uma segunda versão para o Plano Cruzado, promulgada em novembro de 1986.

O Plano Cruzado II aplicou um considerável aumento, com o intuito de elevar a arrecadação do Estado, nos impostos indiretos para automóveis novos (80%), cigarros (120%) e bebidas alcoólicas (100%); em produtos controlados ou fornecidos pelo governo como gasolina (60%), energia e telefone (35%) e serviços postais (80%); um sistema de desvalorização da nova taxa de câmbio nominal e a reindexação dos contratos financeiros às Letras do Banco Central (LBC), para controlar as previsões do mercado sobre as taxas de juros (PIO, 2001: 39).

De vida breve, o Plano Cruzado II não impediu que nos meses seguintes a inflação voltasse a crescer. Em janeiro de 1987, a inflação de 16,82%, segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-IBGE), havia sido maior do que aquela de janeiro de 1986, de 15,01%, antes do lançamento do Plano Cruzado; no mesmo período, as vendas no varejo declinaram 38,1% e a utilização da capacidade instalada da indústria de transformação caiu de 86% para 84% (MARQUES, 1988: 127).

Os preços acabaram sendo liberados em fevereiro com o fim da indexação geral da economia e a inflação alcançou 13,94%, onde o país decretou a moratória do pagamento dos juros de médio e de longo prazo da dívida externa; rapidamente houve a ampliação do número de falências e insolvências graças à crise financeira e econômica (BRESSER-PEREIRA, 1988: 55).

O fracasso do Plano Cruzado chegou a prever uma inflação de 600% para o ano de 1987, que não chegou a ser realizada porque foi estabelecido um segundo congelamento de preços que recebeu o nome de Plano Bresser. No mês de junho desse ano, em que a inflação chegou a 26%, houve um novo choque heterodoxo que também esteve subsidiado pela teoria da inflação inercial.

Mas ao contrário do Plano Cruzado que pretendeu acabar com a inflação e mesmo atingir, sem sucesso, uma taxa zero de inflação, o Plano Bresser teve como objetivos o controle da inflação sem, no entanto, acabar com a mesma e, provavelmente, incitar os riscos da hiperinflação. As metas pretendiam o retorno da inflação para a casa dos 10% em

---

dezembro de 1987, no intuito de amenizar a crise em curto prazo da economia brasileira, cujos objetivos principais, nas palavras de Bresser-Pereira (1988: 54) eram: “1) conter a aceleração da inflação e reduzi-la; 2) interromper a queda dos salários e recuperá-los parcialmente; 3) evitar a recessão; 4) reverter a crise financeira; 5) reequilibrar o balanço de pagamentos”.

Com o final do Plano Cruzado, a realidade brasileira estava imersa numa crise que havia desequilibrado, em termos de fluxo, o déficit público e aumentava os salários – já bastante defasados -, em ritmo maior do que a escala produtiva, que por sua vez elevava a inflação em ritmo crescente, e em termos estruturais, aumentava a dívida externa.

Além disso, as diferenças entre o Plano Cruzado e o Plano Bresser poderiam ser definidas no sentido de que, enquanto o segundo foi um plano de emergência e contou com uma reforma monetária, o primeiro não. Enquanto o Plano Bresser manteve a indexação que vigorava no momento, pois não pretendia eliminar a inflação, mas sim o seu equilíbrio, o Plano Cruzado pretendia uma completa desindexação da economia e uma perspectiva de inflação zero. No Plano Bresser, ao contrário do Plano Cruzado, a taxa de câmbio não foi congelada, mas sim desvalorizada, em virtude da baixa reserva internacional e o objetivo de tentar equilibrar o balanço de pagamentos; no Plano Cruzado, o congelamento dos preços não havia data para ser extinto, enquanto no Plano Bresser o congelamento previa um prazo final de três meses (BRESSER-PEREIRA, 1988: 57).

A previsão de que a inflação pudesse chegar a 10% em dezembro não foi concretizada. O índice chegou a 14% e o seu aumento esteve relacionado com a falta de fiscalização sobre a elevação dos salários, aos pagamentos dos funcionários públicos e das empresas privadas, bem como com a restrição de crédito do governo em controlar o déficit público por parte dos agentes privados.

Em 1988, a política econômica do governo Sarney buscou renegociar a dívida externa e começou a esboçar algumas reformas liberais internas, as quais se aproximavam dos programas recomendados pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A decomposição da coalizão de sustentação do governo e um novo surto inflacionário - combatido por medidas de congelamento de preços e salários -, não impediram que a inflação no ano de 1989 passasse de 30% a 80% ao mês, num espaço de pouco meses.

Em janeiro de 1989, o Brasil estava caminhando em direção à hiperinflação. Nesse mesmo mês, conforme o que havia sido adotado para os dois planos econômicos anteriores, o governo novamente congelou os preços no país e desindexou a economia,

---

instalando o Plano Verão, o terceiro choque heterodoxo em menos de quatro anos, com rígidas medidas fiscais e monetárias.

A carga tributária bruta entre 1987 e 1989 diminuiu cerca de cinco pontos percentuais quando comparada com o período compreendido entre 1979 e 1984, ou seja, passou de 26% para 21%, estimulada pela sonegação, pelo crescimento da inflação e com a renúncia fiscal ligada às redes exportadoras, o que continuou a permitir a acumulação de capitais por parte das elites minoritárias, que cresceu nesse período, aumentando a pobreza e a miséria para a grande parcela dos que viviam na pobreza (TAVARES; FIORI, 1993).

Nessa altura, no início de 1989, a moratória já havia sido suspensa, pois era necessário restabelecer a confiança dos credores internacionais com o envio de 4,5% do PIB para o exterior (quando o saldo comercial exterior positivo apresentava números até então nunca vistos). O país contava então com uma elevada dívida interna e atraentes subsídios fornecidos pelo governo para os empresários, mas com uma desindexação requerida pela equipe econômica que eliminasse a Unidade de Referência de Preço (URP), cujos efeitos mais significativos foram sentidos pelo conjunto dos trabalhadores.

Além do congelamento dos preços e salários, o Plano Verão inaugurou uma nova moeda, o Cruzado Novo, sem se preocupar com as origens estruturais da inflação. O plano esboçou os direcionamentos do FMI e começava a preparar o Brasil para as reformas neoliberais da década de 1990, ao estrangular o poder aquisitivo dos trabalhadores e incentivar a privatização de algumas empresas estatais, além de cortar parte dos gastos públicos

Com uma mistura de plano heterodoxo conservador e princípios neoliberais, o Plano Verão demonstrou não só a baixa popularidade que havia atingido o governo Sarney, como também pretendia lançar as cartas para que pudesse haver a sucessão presidencial, dos defensores (neo)liberais que pretendiam continuar no poder. Tanto as questões da dívida externa quanto da dívida interna não foram resolvidas; o plano não foi eficiente outra vez no combate à inflação, mas dessa vez permitiu que os índices alcançassem, em virtude da pouca segurança no sistema de indexação, para o ano de 1989, algo em torno de 1782,9% (Índice Geral de Preços/Fundação Getúlio Vargas), com a taxa da dívida interna que saltou de 3% para 9,5% do PIB.

Como resultado, o que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 continuou na década de 1980, no que diz respeito à distribuição da renda no país. Os 20% mais pobres tiveram

---

sua participação na renda nacional diminuída de 2,8% para 2,0%, e os 50% mais pobres sua parte diminuída de 12,6% para 8,5% entre 1980 e 1990; mas os 10% mais ricos aumentaram sua participação na renda nacional de 50,9% para 53,2% (os 5% mais ricos aumentaram sua participação de 37,9% para 39,4%, e os 1% mais ricos aumentaram sua participação de 16,9% para 17,3%); os 40% restantes, que comportam faixas intermediárias, tiveram um leve aumento de sua participação, que passou de 36,5% a 38,3% da renda nacional no mesmo período (SALAMA; VALIER, 1997: 42).

Quando ocorreram as eleições para Presidente da República em outubro de 1989, a crise que o Brasil enfrentava se arrastava para muito além do plano econômico, que esboçava o final de um modelo de desenvolvimento e que, segundo Sader (2003), mostrava a inserção do país na era da Terceira Revolução Industrial e em um novo cenário econômico mundial.

O projeto neoliberal foi efetivamente implantado com o governo Collor em 1990, inspirado pelas bases do Consenso de Washington<sup>4</sup>, através da desregulação econômica e salarial; das privatizações do patrimônio público (Programa Nacional de Desestatização); do projeto de “Estado mínimo”; da renegociação da dívida externa; dos mecanismos de mercado para integrar o país internacionalmente e promover sua modernização no âmbito interno (ANDERSON, 1995; CHOMSKY, 2002; FIORI, 1997). Esse projeto foi temporariamente limitado pelas denúncias de corrupção e pela deposição imposta pela sociedade brasileira via Congresso Nacional ao Presidente Collor no ano de 1992.

Em 16 de março de 1990, no primeiro dia de mandato do governo, o Plano Collor de estabilização, pouco negociado com o Congresso Nacional e com os trabalhadores, estabelecia como suas principais metas, uma reforma monetária que iria reter 70% dos ativos do setor privado; um ajuste fiscal; um novo congelamento subsidiado pela política de rendas; a inserção de uma taxa de câmbio flutuante; a liberalização do comércio exterior; a privatização, a substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro e a moratória interna, que

---

<sup>4</sup> O Consenso de Washington pode ser caracterizado como um conjunto de regras voltadas para o mercado, estabelecidas pelos Estados Unidos e as grandes instituições financeiras internacionais, as quais são por esse país, majoritariamente controladas e por ele lideradas quando das suas inaugurações. Cumpriu e cumpre a função de atender, sobretudo aos interesses dos grandes conglomerados empresariais mundiais que controlam parte importante da economia mundial, bem como formular políticas para reduzir a participação social do Estado e direcionar os rumos das estruturas do pensamento e da constituição das mentalidades sob esses princípios.

---

buscava controlar a inflação mediante as restrições monetárias, com redução da oferta da moeda (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 1991: 98).

A proposta de bloquear a liquidez dos ativos financeiros, contudo, não apareceu do nada, não foi uma "invenção" tirada do vazio em face do quadro particularmente adverso daquele momento, como afirmariam depois alguns dos seus críticos. Ao contrário, estava muito ligada ao debate econômico brasileiro dos anos 1980, por três grandes vertentes: a tendência de remonetização acelerada nos casos de desinflação abrupta e as dificuldades para controlá-la e evitar seus efeitos negativos sobre a estabilização dos preços; as implicações da elevada liquidez dos haveres financeiros, a chamada moeda indexada; e o rápido crescimento da dívida mobiliária interna e seu precário esquema de refinanciamento diário no mercado monetário (CARVALHO, 2000: 113).

Outra vez, o início do plano geraria uma expansão rápida do consumo, mas que não duraria pelo aumento do desemprego, levando à redução da produção e dos investimentos (CYSNE, 1991). Os preços voltaram a subir dois meses após o plano, pois a base monetária também tinha aumentado quatro vezes, graças às elevações de preços determinadas pelas empresas.

A estabilização com o bloqueio da liquidez durou seis meses, quando em setembro de 1990 a política monetária e a política cambial se aproximavam dos anos de alta inflação. Arrastado até o final de janeiro de 1991, o Plano Collor dá lugar à sua segunda versão, o Plano Collor II<sup>5</sup>, com a inclusão de novos congelamentos de preços e a substituição das taxas de *overnight* por novos instrumentos fiscais que privilegiavam as taxas de produção antecipadas de títulos públicos e títulos privados. A tentativa de combater a inflação também durou pouco, pois a mesma voltou a subir em maio de 1991.

O receituário do programa de governo Collor esteve centrado num rígido combate da dívida interna, com o corte dos gastos públicos e da elevação da receita fiscal, que atingiu o superávit no final de 1990 de 1,2% do PIB, mas que também durou pouco, ao apresentar déficit em 1992, com o pagamento da dívida pública retida e a emissão de uma nova, a qual absorveu parte considerável do superávit comercial do setor privado junto com a entrada de capitais de curto prazo, aumentando as reservas internacionais.

O desestímulo ao processo de desenvolvimento da industrialização nacional foi feito, por exemplo, através das isenções fiscais de importação e da redução das tarifas médias alfandegárias, que entre 1990 e 1994 corresponderam a 32,2%, 25,3%, 21,2%,

---

<sup>5</sup> Os estudos de Carvalho (2000; 2003) oferecem importantes contribuições para o entendimento dos planos econômicos do governo Collor.

---

17,1% e 14,2%, levando o PIB industrial a diminuir 9,33% em 1990 e 1991, e 6% em 1992. O PIB caiu 4% em 1990, 0,8% em 1991 e 1,5% em 1992; as taxas de investimentos diminuíram entre 6% e 7% ao ano nesse período; estimou-se a perda média de 30% a 40% dos salários reais e só na cidade da grande São Paulo, entre 1990 e 1992, o número de desempregados aumentou 141% (TAVARES; FIORI, 1993: 156).

As reformas levaram ao corte de gastos no orçamento justificados pela descentralização administrativa, contrariando o que propunha o discurso neoliberal em elevar a eficiência e a eficácia do gasto. Um dos maiores impactos nos gastos sociais no começo da década de 1990 foi a nova legislação da previdência rural, que teve um aumento em torno de 52% com a incorporação de novos beneficiados, passando de 4,1 milhões em 1992, para 6,5 milhões em 1994 (CASTRO, 1993: 15).

Itamar Franco (1992-1995), depois de assumir o cargo da Presidência da República com o *impeachment* de Collor em 1992, colocou um freio temporário nas rápidas e intensas reformas políticas e econômicas que estavam sendo executadas desde 1990, mas não mexeu nas bases do que estava vigorando.

No governo de Itamar Franco, o seu ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso (FHC), assumiu a tarefa de instalar um novo plano econômico que pudesse conter a alta inflação, tarefa que os outros planos dos anos anteriores não conseguiram fazer até o ano de 1994. A série de fracassos ameaçou a capacidade do Estado de governar, colocando o problema da governabilidade como realidade cotidiana permanente (KINZO, 2001).

Lançado em julho de 1994, o Plano Real, mais um plano heterodoxo na economia brasileira, novamente liderado pelos economistas da PUC-RJ, conhecidos do período Sarney, esteve subsidiado pela taxa de juros, de câmbio e de importações. A valorização artificial da taxa de câmbio fez com que o real se fortalecesse frente ao dólar, passando a alterar a balança comercial que vinha produzindo superávit. Os setores brasileiros ligados à exportação diminuíram o fluxo comercial em virtude da falta de incentivo à industrialização, com o aumento significativo no número de desempregos formais e a ascensão dos preços dos produtos brasileiros tanto dentro, quanto fora do país.

As medidas de desindexação do Plano Real postulavam o controle da demanda, segundo um acordo entre os agentes econômicos para o uso de um mesmo índice, a Unidade Real de Valor (URV), e não um congelamento dos preços. O plano criou mecanismos de conversão de caráter transitório da moeda que duraram três meses.

---

Inicialmente, a URV recebeu o valor de um dólar (US\$ 1,00), mantido até que o real substituísse por completo o cruzeiro real<sup>6</sup>, e em seguida desvalorizado pela flutuação cambial administrada (PIO, 2001: 44).

A URV permitiu a não necessidade do uso de duas moedas simultâneas na economia brasileira, pois quando toda a economia esteve indexada sob o mesmo índice, esse se tornou a própria moeda. A URV se constituiu numa moeda abstrata, pois não chegou a ser impressa, não teve valor de reserva, nem foi usada como meio de troca.

A força política de FHC esteve principalmente relacionada com a contenção drástica da inflação, junto com o aumento do salário mínimo, beneficiando os setores mais pobres da população, além de constituir um governo que estaria em oposição à esquerda composta por Lula e Brizola, a qual atemorizava as elites e os vários setores das classes médias.

Depois de eleito em 1994, o governo FHC (1995-2002) acabou por assumir um projeto neoliberal semelhante ao proposto para os países da América Latina pelo Banco Mundial e o FMI, com o combate à inflação e a redução do papel do Estado como matriz da estagnação e do atraso na economia (GUIMARÃES, 2004). O governo FHC daria o retorno a uma coligação majoritariamente conservadora que continuaria com muitas das políticas do período anterior, como a abertura ao capital internacional, a privatização do patrimônio público e a excessiva exploração dos trabalhadores em prol das elites nacionais e internacionais.

O mercado interno não esteve na pauta de preocupações da política de abertura comercial. A alta valorização cambial da moeda em seu início tornou os produtos importados mais baratos, os quais invadiram o mercado brasileiro em diferentes setores da economia, enquanto o parque industrial nacional sofria perdas pela falta de competitividade com os setores externos, aumentando o desemprego.

Em 1997, a moeda já havia desvalorizado em 33% desde a sua criação frente ao dólar, mas a inflação interna não permitiu que os preços dos produtos nacionais pudessem competir com a supremacia dos produtos importados (SOARES, 2001). No ano de 1992, as exportações superaram as importações em 14,5 bilhões de dólares, enquanto em 1997 as importações ultrapassaram as exportações em 9,3 bilhões de dólares.

---

<sup>6</sup> O Cruzeiro Real foi criado em 1º de agosto de 1993, no governo de Itamar Franco, em virtude dos altos índices inflacionários, com duração até 30 de junho de 1994, depois de criado o Plano Real. No momento da conversão em agosto de 1993, um cruzeiro real equivalia a mil cruzeiros.

---

As taxas de juros elevadas (que chegaram às mais altas do mundo) e a venda de títulos públicos de curta duração tiveram a função de atrair capital especulativo internacional, para que o buraco criado nas contas externas do país pudesse ser controlado, evitando problemas semelhantes aos da crise mexicana em 1994. Quando em 1991 a entrada de capitais no país foi deficitária em 4,1 bilhões de dólares, em 1997 o superávit provocado pela entrada de capitais externos esteve na casa dos 33 bilhões de dólares. De 1994 a 1999, tanto a dívida externa saltou de 75,5 bilhões de reais para 240 bilhões de reais, quanto a dívida interna pulou de 153 bilhões de reais para 500 bilhões de reais.

Os gastos do Brasil com o pagamento de juros da dívida entre 1995 e 2000 foram maiores do que os gastos com saúde e educação no mesmo período. Outra parte do capital estrangeiro acabou sendo investida diretamente na produção de bens e serviços, como no processo de privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, bem como na aquisição de patrimônio privado nacional. Novas empresas estrangeiras oriundas de alguns dos principais países desenvolvidos, beneficiadas pelos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), reforçaram as transferências de recursos para o exterior, sobretudo nos setores de serviços, ineficientes em atender às demandas exigidas.

Inspirado pelo aumento nos níveis das reservas, que chegaram a 62 bilhões de dólares em 1997, *“o governo brasileiro lançou-se numa aventura só possível num espaço econômico altamente centralizado e diante de uma sociedade civil débil e passiva”* (SANTOS, 2004: 457). Praticamente dobrou a taxa de juros – de 28,6% para 42% -, disponibilizando uma elevada quantidade de títulos no mercado financeiro para sustentar as taxas de juros. Nesse ambiente, a especulação dos grandes capitais mundiais teria as oportunidades ideais para sugar em curto prazo, os lucros retirados dessa excessiva medida intervencionista do Estado, cuja dívida pública crescia sem precedentes.

O corte nos gastos com serviços públicos e o pagamento dos altos juros dos títulos da dívida interna não foram suficientes para equilibrar as contas dos cofres do Estado. Ainda seriam necessárias as vendas do patrimônio público, entregue a preços módicos, sobretudo aos grandes capitais externos, através das privatizações que geraram mais um escândalo com os resultados de seus processos, justificadas com a finalidade de deslocar a produção de bens e serviços públicos para o setor privado, no sentido de melhorar o uso dos recursos públicos, mal administrados porque continham o viés público ou porque

---

determinados setores da sociedade acabavam por receber mais benefícios do que efetivamente contribuíam.

Estimou-se em 30% a perda do PIB do Estado para os grupos privados, onde setores importantes da economia brasileira foram vendidos em situações de pouca transparência pública, comprometendo ainda mais a economia brasileira. Parte do dinheiro nas transações das vendas do patrimônio público já era destinada para o pagamento da dívida pública, o restante dos capitais, a maioria da população não tem a menor idéia de onde foram parar. Assim, o modelo de intervenção estatal foi reformulado em nome da competição e da eficiência dos setores privados que não cumpriram as metas que lhes foram delegadas, de melhorar o desenvolvimento econômico e social do país.

As empresas públicas na década de 1980 ainda conseguiram criar 229 mil novos empregos formais, mesmo com a privatização de 38 empresas públicas que tiveram uma receita de 823 milhões de dólares, dos quais 636 milhões foram transferidos para o pagamento da dívida pública. Na década de 1990, o número de empresas públicas privatizadas subiu para 166, cuja arrecadação obteve uma receita de aproximadamente 74 bilhões de dólares, dos quais cerca de 18 bilhões transferidos para o pagamento da dívida pública e com uma redução média de 500 mil empregos formais (POCHMANN, 2001).

No governo de FHC, o aumento do salário mínimo e das antecipações por aposentadorias antes das reformas do sistema previdenciário elevaram o Gasto Social Público (GSP), que chegou a 22,3% do PIB em 1999, ante um movimento ininterrupto de crescimento desde o ano de 1995, quando o GSP foi de 20,7%. Mesmo assim, o crescimento do GSP não acompanhou o aumento que sofreu as contribuições sociais, ambas em relação ao PIB, ou seja, o investimento da população com o pagamento das contribuições não obteve o retorno diante do que foi extraído do fruto de seu trabalho. A globalização acabou por diminuir os poderes de decisão internos sobre as políticas sociais, em virtude da expansão da autonomia do capital e redução do poder do Estado e do trabalho (CASTRO, 2003: 44).

Em 1997, diante da crise asiática, o FMI já havia alertado o Brasil para a necessidade de desvalorizar o real, mas o risco da fuga de capitais num período próximo à reeleição de FHC poderia comprometer o futuro mandato. Esse fenômeno pôde ser suportado até as vésperas da eleição de 1998, quando houve uma retirada de capitais externos acima de 50 bilhões de dólares, o que *“somado ao déficit da balança de*

---

*pagamentos brasileira, conduzia o país à total falta de liquidez e à sua inviabilidade internacional” (SANTOS, 2004: 240).*

A condução dessas políticas não poderia deixar de levar a uma crise econômica com uma saída maciça de capitais do país na segunda metade de 1998, até a desvalorização em janeiro de 1999, no início do segundo mandato do governo de FHC. O crescimento da dívida pública superou os 60% do PIB no final do século XX, enquanto houve elevação das receitas públicas. No caso desse aumento das receitas, acabou direcionado para o pagamento dos juros da dívida pública. Apenas com a “ajuda” do FMI e do governo norte-americano com um fundo de 41 bilhões de dólares, os impactos da crise foram amenizados.

No comando da Nação, o presidente FHC conseguiu colocar em prática suas aspirações teóricas desenvolvidas sobre a teoria da dependência, nas quais os países periféricos poderiam produzir certo desenvolvimento através de suas integrações “*nos fluxos de riqueza e investimento no mercado capitalista mundial*” (FERNANDES, 2000: 298).

Essa forma de desenvolvimento insustentável, em que uma parte maciça dos investimentos de capitais de curto prazo procurou sua rápida reprodução nos mercados especulativos, provocando redução nos investimentos dirigidos para os setores da indústria de base e na oferta do número de empregos formais, terminaria o século XX tendo como resultado para o Brasil, duas décadas de baixo desenvolvimento econômico e social.

O país teve um crescimento dependente e concentrador, no qual o projeto de desnacionalização, ainda que encaminhado pelas vias institucionais, acabou amplamente aceito pela maioria esmagadora da sociedade brasileira. Ao invés de serem afrouxados os laços da dependência externa com o governo de FHC, tivemos um aumento da dependência de capitais, da ciência e da tecnologia, da cultura e dos direcionamentos políticos impostos pelos países desenvolvidos e das instituições internacionais multilaterais, comandados principalmente pela potência hegemônica na qual se tornou os Estados Unidos (SODRÉ, 1998).

A forte presença do Poder Executivo no cenário nacional, principalmente no governo de FHC, pôde ser constatada no número de medidas provisórias e de decretos governamentais transformados em leis, apoiados pelo consentimento do Congresso Nacional. De 1989 a 1998, o Poder Executivo enviou 2.074 projetos ao Congresso, dos quais obteve 1.606 aprovações; já o Poder Legislativo apresentou 16.217 projetos de leis,

---

dos quais apenas 262 foram aprovados. A predominância dos assuntos da agenda do Poder Executivo tratou de questões econômicas e administrativas, enquanto o Poder Legislativo teve a responsabilidade de tratar de assuntos sociais (GUIMARÃES, 2004: 141).

O discurso de que a diminuição do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico e ao aumento do número de empregos formais, procedeu-se de maneira contrária, através do baixo desempenho econômico em uma década que foi apresentada como a que teve a pior variação do Produto Interno Bruto de todo o século XX; além do aumento do número de desempregados com o processo de desnacionalização da economia.

O setor privado não conduziu a um crescimento da economia e melhorias na qualidade de vida da sociedade, pelo contrário, assolou e lutou sem freios nos mercados competitivos que legitimaram as formas de concentração restritivas de capitais.

Em parceria com o processo de privatização e descentralização, a desregulação da concorrência e a realização das reformas administrativas, previdenciárias e fiscal ao longo da década de 1990, levaram a uma série de desmontes das funções do aparelho estatal, menos intervencionista e mais regulatório, ajustado às necessidades fiscais. O Estado perdeu a função de responsável direto pelo desenvolvimento socioeconômico, com menor participação na produção de bens e serviços.

Um saldo de 3,2 milhões de empregos constituiu a perda dos postos de trabalho na década de 1990, dos quais 17,1% diretamente vinculados com as privatizações do setor produtivo estatal. As novas formas de contrato de trabalho temporário, rotativo, terceirizado e instável diminuíram o salário real e tornaram ainda mais dependentes os trabalhadores nos ambientes de trabalho. Quando em 1989 o Estado atendia a 100% dos serviços públicos, dez anos depois, em 1999, esses números passaram para 32,8%, descumprindo o que havia sido determinado na Constituição de 1988 quanto às suas funções sociais.

As empresas privadas estrangeiras tiveram uma participação de 42% no total das vendas prestadas nos serviços públicos, bem como aumentaram sua participação no setor financeiro de 6% para 29,6% no mesmo período, enquanto a participação do Estado caiu de 58,9% para 35,6% (POCHMANN, 2001: 35). Em dez anos (1989-1999) o setor da indústria de tecnologia de informação e comunicação (ITIC) registrou perda de 22% na sua oferta de empregos. Ao contrário, nos setores vinculados aos serviços, suas participações cresceram 22%, onde registrava 66% da oferta da ocupação no ano de 1999.

---

A concentração da ocupação e da produção continuou reforçada nas regiões Sul e Sudeste do país, devido à melhor infra-estrutura, de uma mão-de-obra mais qualificada e dos grandes centros urbanos consumidores que buscaram atender às exigências de empresas com tecnologias mais avançadas e com a produção de mercadorias de maior valor agregado.

Em detrimento da guerra fiscal, as regiões menos desenvolvidas puderam atrair produção e empregos de setores de atividades econômicas mais intensivas de mão-de-obra, enquanto as regiões mais desenvolvidas aumentaram sua participação relativa atraindo setores mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados, ao mesmo tempo em que foram as mais prejudicadas com a diminuição do número de empregos na década de 1990. O movimento sindical nesse período apresentou queda na taxa de sindicalização e no número de greves, fragmentou as negociações e diminuiu a quantidade de cláusulas acordadas, mas mesmo assim aumentou o número de sindicatos não mais necessariamente atrelados ao Estado.

Também a década de 1990 não viu diminuir a concentração de riqueza no país, mas com o aumento do desemprego, os problemas não poderiam deixar de ser agravados. No final do milênio, mais da metade da população brasileira estava enquadrada dentro da pobreza ou da extrema pobreza. No ano de 1999, o PIB teve um aumento de 0,6%, quando a renda do trabalho foi reduzida em 7,1%.

As rendas derivadas dos juros, dos lucros e dos aluguéis de imóveis aumentaram, ao privilegiar segmentos restritos da população, levando à queda relativa da participação do trabalho na renda nacional. Problemas tradicionais como a reforma agrária, tributária e social, junto com um crescimento econômico distributivo, não foram solucionados.

### **Considerações finais**

As reformas políticas e econômicas dos programas neoliberais tiveram impacto em todos os continentes e, com maior ou menor força, sobre seus respectivos países. O conjunto das regras teóricas e práticas, das ações e recomendações direcionadas aos governos e às economias nacionais, às reformas dos Estados e das suas políticas, não assumira a forma de receitas prontas para o exercício da gestão pública. Ao contrário, particularidades e semelhanças na execução dos postulados neoliberais em escala global

---

remetem aos estudos de caso, ao levar em consideração cada Estado nação dentro de sua conjuntura histórica.

De forma geral, o neoliberalismo para os países desenvolvidos assumiu características bem distintas daquele projetado para os países subdesenvolvidos, isso devido ao desenvolvimento do capitalismo em cada nação e sua inserção dentro dos mecanismos políticos e econômicos em nível internacional, apesar das várias estratégias relacionadas com os princípios e os fundamentos de um corpo de doutrinas executadas em uma lista extensa de países com princípios e regras semelhantes, principalmente depois da abertura econômica do mais importante eixo opositor ao capitalismo, como no caso da condução do FMI na administração da transição para uma economia de mercado na antiga União Soviética e nos países socialistas da Europa; a criação de uma grande e potencial economia de mercado na China; a queda do muro de Berlim e a unificação da Alemanha em um único território capitalista, e os demais casos socialistas, como o de Cuba, por exemplo, que não impediu certa abertura econômica na década de 1990.

O neoliberalismo consistiu numa reorganização do imperialismo, na manutenção da soberania dos interesses dos países ocidentais e suas parcelas minoritárias da população mundial atreladas às restritas elites locais nos mais variados países, com a crença de que o mundo e o restante da população deveriam servir aos seus interesses e propósitos, tanto pelo consenso da manipulação da consciência, que facilita o processo, majoritariamente visto em sociedades como a do Brasil, quanto pela dominação através do uso força.

Quando os países subdesenvolvidos foram forçados a diminuir ou até a eliminar suas tarifas comerciais pelos países desenvolvidos, os mesmos acabaram por manter as suas barreiras alfandegárias, limitando as exportações dos países em desenvolvimento, constituídas principalmente de produtos agrícolas. Essa diferenciação cumpre papel importante para o entendimento de como ocorreu o processo de abertura das economias em países como o Brasil e em países como o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos.

O papel do Estado neoliberal foi fundamental para decretar a condenação dos direitos sociais e da separação entre os benefícios e a contribuição do trabalho, ao favorecer a hegemonia do capital financeiro; privatizar o patrimônio público; desregular a economia; flexibilizar a organização do trabalho; diminuir o investimento na produção aumentando o desemprego; contribuir para a manipulação ideológica através dos processos tecnológicos da comunicação de massa. No que diz respeito às esferas de

---

decisões do aparelho estatal, caracterizou-se o neoliberalismo pelo fortalecimento do Poder Executivo, dependência do Poder Judiciário ao Poder Executivo e restrição do Poder Legislativo.

Uma herança comum rompeu as fronteiras com a desagregação das sociedades, aumentando as dificuldades em estender os laços de solidariedade, de integração social e da ação coletiva, contrariando a lógica e a prática da cidadania em bases democráticas sólidas. A competição e a competência assumiram os preceitos para os ditames da determinação de méritos duvidosos, necessários para a manutenção das desigualdades sociais, geralmente encoberta com a falsa noção do desenvolvimento, através da formação de seres conscientes diante de uma falsa consciência.

### Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs) . *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. O sistema de proteção social brasileiro: em direção a um modelo descentralizado. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, 11(3), p.20-31, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 30 abr. 2010.

ARTURI, Carlos Schmidt. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n.17, p.11-31, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. Trad. M. A. Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORON, Atílio. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Trad. E. Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Inflação inercial e Plano Cruzado. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 6, n.º 3, p.09-24, julho-setembro/1986. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

\_\_\_\_\_. Os dois congelamentos de preços no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 8, n.º 4, p.48-66, outubro-dezembro/1988. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 11, n.º 4 (44),

---

p.89-114, outubro-dezembro/1991. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

CARVALHO, Carlos Eduardo. O Plano Collor no debate econômico brasileiro. *Pesquisa e Debate*, SP, volume 11, número 1 (17), 112-151, 2000. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

\_\_\_\_\_. O fracasso do Plano Collor: erro de concepção ou de execução? *Economia*, Niterói (RJ), v. 4, n. 2, p. 283-331, jul/dez. 2003. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

CASTRO, Jorge Abrahão *et al.* Análise da evolução e dinâmica do Gasto Social Federal: 1995-2001. Brasília: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, p. 01-59, out. 2003.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Rev. Bras. Polít. Int.*, 43 (2), p.05-27, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

CYSNE, Rubens Penha. Plano Collor: contrafactualidade e sugestões sobre a condução da política monetária fiscal. *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 45(espec.): 382-95, p.29-54, jan. 1991. Disponível em: <http://www.googleacademico.com.br>. Acesso em: 03 maio. 2011.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n.25, p.83-106, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. São Paulo, *Tempo Social*, vol.15, n.02, p.01-12, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Luiz. Os imperativos políticos de uma agenda alternativa de desenvolvimento. In: CARRION, Raul; VIZENTINI, Paulo Fagundez. *A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FIORI, José Luís. Estado de Bem-Estar social: padrões e crises. *Physis*, Rio de Janeiro, V.07, n.02, p.129-147, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

---

GOMES, F. G. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *RAP*, V.02, n.40, p.201-236, mar./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

GUIMARÃES, Juarez. A crise do paradigma neoliberal e o enigma de 2002. *São Paulo em Perspectiva*, n.15(4), p.136-144, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, n.15(4), p.03-12, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina. *Estado e Políticas sociais no neoliberalismo*. Trad. R. L. Contrera. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

MARQUES, Maria Sílvia Bastos. O Plano Cruzado: teoria e prática. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 8, n.º 3, p.101-130, julho-setembro/1988. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

PIO, Carlos. A estabilização heterodoxa no Brasil: idéias e redes políticas. *RBCS*, Vol. 16, n.º 46, p.29-54, junho/2001. Disponível em: <<http://www.googleacademico.com.br>>. Acesso em: 03 maio. 2011.

POCHMANN, Márcio. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

SADER, Emir. *A vingança da História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo*. Trad. C. M. Mathieu. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Theotônio. *Do Terror à esperança: auge e declínio do liberalismo*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

AS REFORMAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990  
-por Fábio Luciano Oliveira Costa

---

**Recebido em: 09/04/2011**

**Aprovado em: 16/05/2011**